ANEXO IV		SUPLEMENTAÇÃO										13.100
CRÉDITO SUPLEMENTAR DISPÊNDIO PROJ. LEI CRECHETA												
ANEXO À LEI Nº												
ORGÃO: 2000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL												
UNIDADE: 2001 COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP												
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DESPÊNDIO												
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	R	E	G	M	U	F	DOTAÇÃO			
			E	S	N	O	D	O	S	T	E	
020		INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL										3000000
ATIVIDADES												
23.452	0200.8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS										30.000.000
23.452	0200.8508.9206	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DISTRITO FEDERAL	99									30.000.000
				D	3	0	0	0	1			30.000.000
TOTAL - DESPÊNDIO											30.000.000	
TOTAL - GERAL											30.000.000	

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação do Patrimônio
 (EP) Emenda Parlamentar ao PLOA (EPP) Emenda Parlamentar ao Projeto de Lei (EPE) Emenda Parlamentar na Execução

DECRETO Nº 37.768, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a excepcionalização da Secretaria de Estado de Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal do regime de centralização de compras para caso específico. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal excepcionalizada do regime de centralização de compras previsto na Lei 2.430/99, para fins específicos de realizar licitação para aquisição de scanner corporal e de volumes, de que tratam os autos do Processo nº 417.001.925/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
 128º da República e 57º de Brasília
 RODRIGO ROLLEMBERG

DECRETO Nº 37.769, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera os arts. 136 e 141 do Decreto nº 19.915, de 17 de dezembro de 1998, que regulamenta a Lei nº 2.105, de 08 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos, XII e XXVI da Lei Orgânica do Distrito do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O art. 136, do Decreto nº 19.915, de 17 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.136.....

§1º Os casos omissos devem respeitar, obrigatoriamente, o disposto nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade da ABNT.

§2º Os projetos de arquitetura em trâmite nos órgãos e entidades do Distrito Federal devem ser analisados tendo por fundamento a versão da norma técnica brasileira de acessibilidade da ABNT vigente à época do protocolo do requerimento de aprovação, nos termos do artigo 20 deste Decreto.

§3º A vistoria da obra que afere os parâmetros de acessibilidade para fins da emissão do Certificado de Conclusão deve ser feita com base na versão da norma técnica brasileira de acessibilidade da ABNT constante do projeto aprovado.

§4º Na hipótese de alteração das normas técnicas de acessibilidade da ABNT, fica facultado ao autor do projeto de arquitetura em trâmite nos órgãos e entidades do Distrito Federal optar formalmente pela aplicação da nova norma, no prazo de até 120 dias contados da alteração".

Art. 2º O art. 141 do Decreto nº 19.915, de 17 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.141.....

§1º Os casos omissos devem respeitar, obrigatoriamente, o disposto nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade da ABNT.

§2º Os projetos de arquitetura em trâmite nos órgãos e entidades do Distrito Federal devem ser analisados tendo por fundamento a versão da norma técnica brasileira de acessibilidade da ABNT vigente à época do protocolo do requerimento de aprovação, nos termos do artigo 20 deste Decreto.

§3º A vistoria da obra que afere os parâmetros de acessibilidade para fins da emissão do Certificado de Conclusão deve ser feita com base na versão da norma técnica brasileira de acessibilidade da ABNT constante do projeto aprovado.

§4º Na hipótese de alteração das normas técnicas de acessibilidade da ABNT, fica facultado ao autor do projeto de arquitetura em trâmite nos órgãos e entidades do Distrito Federal optar formalmente pela aplicação da nova norma, no prazo de até 120 dias contados da alteração".

Art. 3º Fica facultado ao autor de projeto de arquitetura que esteja em trâmite nos órgãos e entidades do Distrito Federal até a data de publicação deste Decreto optar formalmente pela aplicação da NBR 9050/2015, no prazo de até 120 contados da publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de novembro de 2016
 128º da República e 57º de Brasília
 RODRIGO ROLLEMBERG

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL,
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

PORTARIA Nº 68, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos V e VII do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal e o Decreto nº 37.627, de 15 de setembro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Permanente no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal a ser denominada "Comissão Permanente de Procedimentos Preliminares e Tomada de Contas Especial - CPP e TCE I" composta pelas servidoras Karla Rodrigues Dias Ferreira, matrícula nº 174.615-74, Presidente; Patricia Guimarães Garcês, matrícula nº 137.293-9, membro; e Raianne Paiva Lamounier, matrícula nº 1.200.293-3, membro.

Art. 2º Constituir Comissão Permanente no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal a ser denominada "Comissão Permanente de Procedimentos Preliminares e Tomada de Contas Especial - CPP e TCE II", composta pelos servidores Raquel Coelho Braz, matrícula 172.758-3, Presidente; Marcelo Magalhães da Trindade, matrícula 1.660.269-2, membro; e Josivan Cardoso, matrícula 1.665.928-7, membro.

Art. 3º Determinar que as Tomadas de Contas Especiais instauradas no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal devem ser conduzidas por uma das Comissões de que tratam o art. 1º e o art. 2º.

Art. 4º Atribuir às Presidentes das Comissões aptidão para designar suas suplências dentre os membros respectivos da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

SÉRGIO SAMPAIO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016.

Estabelece procedimentos destinados ao registro e controle dos bens patrimoniais da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF no Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat, nas condições dispostas no Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, com alterações do Decreto nº 31.581/2010, bem como no Decreto nº 21.909/2001.

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no inciso II do Art. 123 do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 35.565, de 25 de junho de 2014, e tendo em vista o disposto no Art. 1º da Portaria/SEF nº 16, de 17 de janeiro de 2014,

CONSIDERANDO o que estabelece o inciso X do Art. 123, combinado com o disposto nos incisos II e IV do Art. 147 do Anexo Único ao Decreto nº 35.565, de 25 de junho de 2014, que aprova do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Fazenda do DF;

CONSIDERANDO o que estabelece as disposições constantes no inciso II do Art. 2º, inciso VI do Art. 3º, inciso V do Art. 4º e Art.10, todos da Lei nº 830, de 27 de dezembro de 1994;

CONSIDERANDO que as normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP são obrigatórias para todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, fundações;

CONSIDERANDO a Ordem de Serviço nº 01, de 17 de outubro de 2016, da Fundação de Amparo do Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP, que recepciona naquela fundação pública as disposições contidas no Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 31.581/2010, bem como no Decreto nº 21.909/2001, que regulamenta a utilização do Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat, RESOLVE:

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
 Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
 CEP: 70075-900, Brasília - DF
 Telefones: (0XX61) 3961.4502 - 3961.4503
 Editoração e impressão: Imprensa Nacional

RODRIGO ROLLEMBERG
 Governador

RENATO SANTANA
 Vice-Governador

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
 Secretário de Estado da Casa Civil,
 Relações Institucionais e Sociais

Art. 1º Autorizar, excepcionalmente, na condição de "projeto piloto", o registro e controle dos bens patrimoniais da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF no Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat, nas condições dispostas no Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 31.581/2010, bem como no Decreto nº 21.909/2001, que regulamenta a utilização do Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat;

Art. 2º A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF deverá providenciar as ações junto à Coordenação Geral de Patrimônio - COPAT, desta Subsecretaria de Contabilidade - SUCON/SEF para efetuar o registro dos bens patrimoniais no Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. É de responsabilidade da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, por intermédio da Coordenação Geral de Patrimônio - COPAT, fazer gestões junto à Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação - SUTIC/SEF, para fins de carga dos bens patrimoniais da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF no Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat, bem como instalação do sistema em terminais setoriais.

Art. 3º Fica a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, submetida aos procedimentos, ações e mecanismos atualmente vigentes no SisGepat.

Parágrafo Único. Os casos omissos deverão ser dirimidos pela Coordenação Geral de Patrimônio - COPAT desta Subsecretaria de Contabilidade - SUCON/SEF, na condição de órgão central do subsistema de patrimônio, ficando a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF submetida às orientações emanadas pela COPAT, no limite de sua independência funcional, autonomia administrativa e financeira.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

HELVIO FERREIRA

SUBSECRETARIA DA RECEITA COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2016.

PROCESSO: 0043.001711/2016

ICMS. EC nº 87/2015. Diferencial de alíquota (DIFAL). Operação interestadual entre contribuinte estabelecido neste território e adquirente domiciliado em outra unidade federada (UF), não contribuinte do imposto, este último representado no ato negocial por pessoa que recebe os bens no estabelecimento contribuinte.

Conveniência da entrega. Fato sem repercussão nos aspectos identificadores do fato gerador do imposto.

Circunstância de ocorrência do diferencial de alíquota de que tratam os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, de 1988, na redação dada pela EC nº 87/2015. Caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual da operação.

A responsabilidade pelo recolhimento desse imposto será atribuída, no caso, ao contribuinte aqui estabelecido, dado que o destinatário situado em outra UF não é contribuinte do imposto. Observância concomitante da regra transitória disposta no art. 99 do ADCT, que repercutirá seus efeitos até 31 de dezembro de 2018. Esse contribuinte deverá recolher ao Distrito Federal a proporção do DIFAL que lhe é devida (ver também o art. 395-B do Decreto nº 18.955/97).

Norma interna e desonerativa do imposto eventualmente existente na UF destinatária não alcançará a obrigação relativa àquela proporção devida ao Distrito Federal. Não se confere extraterritorialidade a leis tributárias, exceto mediante convênio celebrado entre as unidades federadas (art. 102 do Código Tributário Nacional).

I - Relatório

1. O Consultante, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida nesta capital federal, formula consulta acerca do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), na condição de responsável tributário.

2. Informa explorar a atividade econômica de comercializar pneus, peças e acessórios para veículos, que estariam sujeitos ao regime de substituição tributária, conforme os Convênios ICMS 81/93 e 85/93, além do Protocolo ICMS 97/2010, todos dispositivos emanados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

3. Invoca, ainda, o Convênio ICMS nº 93, de 2015, que trata de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.

4. Expõe circunstância de aquisição dessas mercadorias por pessoas jurídicas situadas noutras unidades federadas (UF), representadas, no ato negocial, por pessoas que se encontram neste território distrital, nas dependências físicas de estabelecimento do Consultante.

5. Informa, ainda, prestar serviços de instalação/montagem das mercadorias que assim transaciona, quando, então, emite as correspondentes notas fiscais de serviço.

6. Argumenta que as operações com as mercadorias e as prestações dos respectivos serviços de instalação delas seriam "consumadas" neste território, para inferir que as operações seriam internas, não obstante fazer constar do documento fiscal relativo à operação de venda, por obrigação acessória legal, um Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) interestadual. E que corroboraria tal inteligência o decreto de regulamentação do ICMS do Estado de São Paulo, na novel redação que lhe fora dado por decreto paulista de 2015.

7. Apresenta, a final, dúvida quanto à aplicação do regime da substituição tributária atinente às mercadorias vendidas e ao diferencial de alíquota (DIFAL) previsto na Emenda Constitucional (EC) nº 87, de 2015, à circunstância ora descrita: da ocorrência dos institutos, da responsabilidade pelo recolhimento do DIFAL e a que UF este se destina.

II - Análise

8. Trata-se de ato negocial envolvendo as mercadorias pneus, peças e acessórios para veículos, configurando operações interestaduais, cujo destinatário é não contribuinte situado em outra UF. Interestaduais, pelos mesmos fundamentos que nortearam a Declaração de Ineficácia de Consulta nº 12/2016. Este parecer asseverou ser relevante o destinatário jurídico da operação - em oposição ao destinatário físico! -, como o objeto de análise a indicar a natureza da operação ou prestação concretizada, bem assim, o ente legiferante competente para exigir o imposto correspondente ao DIFAL.

9. Embora aquele parecer tenha tratado de adquirente órgão público, situado neste território distrital (sendo, naquele caso, o destinatário jurídico), a correlação ao caso em apreço se evidencia pelo status quo do adquirente de, primeiro, não ser contribuinte do imposto; segundo, a entrega da mercadoria adquirida ocorrer, fisicamente, em local diverso da UF do adquirente.

10. Nesse nexa, vale repisar os seguintes excertos daquele parecer - que se distingue do caso presente pelo sentido da circulação da mercadoria -, desta feita configurando uma operação de saída deste território, em contraposição ao ingresso de bens de que se cuidava naquela vez, o que não lhe invalida a mesma inteligência:

6. Não há que se enxergar, na espécie, qualquer vínculo jurídico capaz de fazer nascer relação tributária entre as unidades orgânicas descentralizadas que recebem os bens e o fisco estadual onde estas domiciliadas. A relação jurídico-tributária a ser investigada é a fundada entre o remetente e o fisco local, quanto ao diferencial de alíquota, porque onde domiciliado o órgão central adquirente dos produtos.

7. A conveniência da entrega das mercadorias em local diverso da localização do órgão central (este, domiciliado em Brasília) não é capaz de sobrepujar a relação pessoal e direta que tem ele com o fato gerador do ICMS. Os aspectos administrativos e logísticos dessa entrega nada têm a ver com os aspectos material, subjetivo, temporal, espacial e quantitativo do fato impositivo. É tese corroborada, também, pelas normas gerais de Direito Tributário dispostas na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o Código Tributário Nacional (CTN), em especial nos art. 121 e 123, in verbis:

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se: I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

(...)

Art. 123. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

11. Não se vislumbra, na espécie ora versada, relação tributária sobre o consumo concretizada entre o representante de empresa sediada em outra UF e o fisco distrital. Em verdade, a pessoa do representante, tão-só e presencialmente, recebe as mercadorias vendidas pelo Consultante a pessoa situada fora do DF. A relação tributária do fisco local se aperfeiçoa com o Consultante, que fez disparar a hipótese de incidência abstratamente concebida em lei, quando promoveu a circulação da mercadoria, conforme o preconizado no inciso I do art. 2º da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996.

12. A natureza da operação assim ocorrida será revelada pela localização do adquirente; in casu, situado em outra UF, o que certifica ser interestadual a operação da qual se cuida.

13. O fato de o preposto da empresa estar nas dependências do estabelecimento do Consultante somente realiza a conveniência da entrega, sem força para alterar o destinatário jurídico da mercadoria.

14. Nesse nexa, não há senso virtuoso em delegar ao contribuinte a escolha última da UF destinatária, balizada em circunstâncias contratuais alheias às diretrizes eleitas pela lei tributária. De certo, assim fosse possível, admitir-se-ia litigar contra o art. 123 do CTN, sobretranscrito.

15. Não há se falar, na espécie, em imposto correspondente ao DIFAL devido ao Distrito Federal, a teor do inciso VII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, de 1988, na redação dada pela EC nº 87/2015. A operação interestadual, com destino a consumidor ou usuário final, não contribuinte do ICMS, situado em outra UF, atrairá para ela o imposto correspondente ao DIFAL.

16. Importa observar, todavia, a partilha do DIFAL entre as unidades federadas de origem (DF) e destino, que decorre das regras transitórias em vigor até 31 de dezembro de 2018, consoante a EC nº 87/2015. Tal circunstância independe de eventual renúncia pela UF de destino ao quinhão que lhe corresponda, vez que não se confere extraterritorialidade a leis tributárias, exceto nos casos de celebração de convênios no âmbito do CONFAZ (vide art. 102 do CTN):

Art. 102. A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconhecem extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

17. Sobre a substituição tributária, tal regime deve ser especulado perante a legislação tributária da UF destinatária das mercadorias, o que refoge à competência deste Governo local. É corolário do que diz a Cláusula oitava do Convênio ICMS 81/93, in verbis:

Cláusula oitava O sujeito passivo por substituição observará as normas da legislação da unidade da Federação de destino da mercadoria.

18. Sobre a prestação dos serviços relacionados às mercadorias vendidas, estes compõem o Item 14 da Lista de Serviços do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), lista consignada no Anexo I ao Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005.

19. Tal Item 14 relaciona os serviços relativos a bens de terceiros sujeitos à tributação pelo ISS, que admite ressalvas quando do emprego de mercadorias, estas tributadas pelo ICMS, como é o caso do Subitem 14.01, in verbis:

14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

20. Cumpre ainda informar, acaso tenha promovido recolhimento que entenda indevido de tributos ao DF, pela totalidade ou parcialmente, o Consultante deverá observar o rito disposto nos artigos 111 a 121 do Decreto nº 33.269, de 18 de outubro de 2011, para pleitear a correspondente restituição.

III - Resposta

21. Resume-se a seguinte resposta ao Consultante:

1. Resta equivocada a compreensão de ser interna a operação praticada pelo Consultante, na situação ora debatida. Configura-se, pois, interestadual a operação que promova saída de mercadorias, adquiridas por pessoas jurídicas situadas em outra unidade federada, ainda que representadas presencialmente neste território distrital, quando do ato negocial.

Não é relevante saber se o preposto da empresa adquirente, que tão-somente recebe a mercadoria, reside ou não no território do DF, tampouco onde será consumida ou utilizada a mercadoria adquirida.

Será aplicável à operação, nessa circunstância, a alíquota interestadual correspondente.

2. Não há se falar, no caso, em DIFAL devido ao DF. A operação interestadual, com destino a consumidor ou usuário final, não contribuinte do ICMS, situado em outra UF, atrairá para ela o imposto correspondente ao DIFAL. Todavia, observar-se-á a partilha transitória do imposto a ele correspondente, até 31 de dezembro de 2018, consoante a EC nº 87/2015.

3. Prejudicada a resposta atinente à substituição tributária. Tal regime deve ser especulado ante a Administração Tributária da UF destinatária das mercadorias.

22. Nos termos do disposto no art. 80 do Decreto nº 33.269, de 18 de outubro de 2011 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF), a presente Consulta é eficaz, aplicando-se a esta o disposto no inciso III do art. 81 e caput do art. 82, ambos do PAF. A consideração da Coordenadora de Tributação da COTRI.

Brasília/DF, 08 de novembro de 2016.

ANTONIO BARBOSA JUNIOR

Coordenação de Tributação

Assessor